

# A DIMENSÃO ÉTICA DO PENSAMENTO LÓGICO E CATEGORIAL EM SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: RELATOS DE PESQUISA SOBRE A MICROANÁLISE DA TERMINOLOGIA SOBRE GÊNERO NA AGENDA 2030\*

GUSTAVO SILVA SALDANHA\*\*

FERNANDA DO VALLE GALVÃO DEBETTO\*\*\*

GRACIANE SILVA BRUZINGA BORGES\*\*\*\*

MAYARA OLIVEIRA SILVA GONÇALVES\*\*\*\*\*

**Resumo:** À luz da ética intercultural da informação, conceito proposto por Rafael Capurro, este trabalho descriptivo, aplicado, de procedimento documental e de abordagem qualitativa, analisa, em uma perspectiva conceitual, categorial e semântica, o discurso da Organização das Nações Unidas sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 5, segmentado no tema Igualdade de Gênero. O estudo é fruto de pesquisa ampla desenvolvida no Brasil com ênfase na Agenda 2030 para identificação, seleção e estruturação de conceitos para formulação de expressões de busca e pré-teste de organização de vocabulário controlado. A partir da análise de assunto, discorre sobre as limitações de teorias do conceito embasadas na univocidade da significação, tendo em vista o caráter político conciliatório da Organização das Nações Unidas, refletido na agenda assumida pelos 193 países membros, dadas a multiculturalidade e as variadas interpretações sobre gênero.

**Palavras-chave:** Classificação; Sistemas de Organização do Conhecimento; Estudos de gênero; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Abstract:** In the light of the intercultural ethics of information, a concept proposed by Rafael Capurro, this descriptive, applied, documentary and qualitative study, analyzes, from a conceptual, categorical and semantic perspective, the discourse of the United Nations on Sustainable Development Goal number 5, segmented into the theme of Gender Equality. The study is the result of extensive research carried out in Brazil with an emphasis on Agenda 2030 to identify, select and structure concepts for formulating search expressions and pre-testing the organization of controlled vocabulary. Based on subject analysis, it discusses the limitations of concept theories based on the univocity of meaning, in view of the conciliatory political character of the United Nations Organization reflected in the agenda assumed by the 193 member countries, given the multiculturalism and varied interpretations of gender.

**Keywords:** Classification; Knowledge Organization systems; Gender studies; Sustainable Development Goals.

\* A pesquisa recebeu financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

\*\* Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBIC) – Brasil. Email: gustavosaldanha@ibict.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7679-8552>.

\*\*\* Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Brasil. Email: fernandavalle@unirio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4156-027X>.

\*\*\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: gracianebruzinga@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6677-9702>.

\*\*\*\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Brasil. Email: mayara.biblio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8746-2798>.

## INTRODUÇÃO

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) encampou a chamada *Agenda 2030*, contendo 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), um compromisso assumido pelos países signatários para redução das desigualdades e proteção ao meio ambiente (ONU 2015). Dez anos à frente, com o objetivo de mapear a comunicação científica orientada à inovação informacional no contexto dos ODS, o projeto de pesquisa *Articulação & Comunicação em Ciência e Tecnologia (C&T)*: *Subprojeto 01 – Pesquisa* analisou a produção discursiva registrada nas metas da *Agenda 2030*, ou seja, a redação (termo, conceito e significado) dos textos dos 17 ODS.

A pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2022 e 2024, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), autarquia do Ministério da Ciência, Tecnologia e da Inovação (MCTI) do Brasil. Com ênfase nos estudos de filosofia da linguagem aplicados à Ciência da Informação (CI), especificamente à epistemologia e à práxis da Organização do Conhecimento (OC), uma das finalidades específicas do mapeamento era aprimorar o controle terminológico para qualificar Revisões Sistemáticas de Literatura (RSL) no contexto do projeto e em caráter de serviço aos pares. Apoiados na prática bibliotecária de representação temática, realizamos um primeiro tratamento terminológico de identificação, extração, ordenamento hierárquico e relacional, isolamento e tratamento dos termos via processo de indexação, especificamente por meio da etapa de análise de assunto (ou análise conceitual).

Os resultados obtidos em cada etapa de aprofundamento da investigação foram apresentados em eventos científicos, nacionais e internacionais, ao longo do ano de 2024, tais como o *XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação* (ENANCIB), onde descrevemos o método de análise e apresentamos os testes iniciais de expressões de busca em 32 (trinta e dois) periódicos de CI, com resultados satisfatórios. Além do *XXIV ENANCIB*, parte dos resultados foram compartilhados no *X Encontro Nacional da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura* (ULEPICC), Brasil, onde discorremos, teoricamente, sobre anti-epistemocídio na OC.

Para este estudo, propõe-se a continuidade do recorte aplicado ao ODS número 5 «Igualdade de gênero», à luz da representação da informação para construção de linguagens documentárias. Após o percurso de identificação e estruturação sistemática dos termos, o objetivo, portanto, da proposta, foi observar se tais termos e suas respectivas relações anteriormente identificadas são coerentes com a representação justa das comunidades pertencentes ao grupo temático gênero, e se apontam para o estabelecimento de relações lógicas e categoriais aderentes aos princípios da democracia documentária, conceito proposto por Saldanha (2020). Trata-se, assim, da dimensão ética e crítica de e sobre um dado pensar lógico e categorial, presente

no núcleo da práxis informacional da Organização do Conhecimento. Deste modo, conduz-se à reflexão teórica acerca dos desafios éticos de informacionais de unificação de uma agenda (política, discursiva e terminológica) abrangendo 193 (cento e noventa e três) Estados-membros, cujo entendimento sobre o conceito e abrangência dos temas em torno do termo «gênero» não é uníssono. O *corpus* de análise tem por base o texto em língua portuguesa da *Agenda 2030*, oficializado pelo Estado Brasileiro (ONU 2015).

## 1. MÉTODOS

O estudo é caracterizado como descritivo, aplicado, de abordagem qualitativa, procedimento documental, operacionalizado pela abordagem teórico-metodológica da análise de domínio desde sua primeira proposição filosófica e empírica em 1995 (Hjørland e Albrechtsen 1995; Hjørland 2002; Albrechtsen 2015). O percurso metodológico é multidisciplinar, tendo em vista a proposta de reconhecimento da complexidade inerente ao domínio «gênero», que presume a dimensão discursiva na constituição de conhecimento enquanto entidades também socialmente forjadas. Nessa direção, Birger Hjørland, em tradução, revisão e adaptação de Tiago Barros, destaca que «a análise de domínio é contrária ao princípio de ‘tamanho único serve para todos’ nos sistemas e serviços de informação» e pode desvelar consenso, dissenso e disputas manifestados em símbolos, enunciados, sistemas e documentos, ou seja, um complexo conjunto de significantes e significados mediado pela linguagem sempre em movimento ((Hjørland e Barros 2024, p. 5).

Na forma de uma microanálise aplicada ao tema gênero, com recorte em análise da informação para fins documentários, este estudo se dedica à dimensão ética da lógica categorial fundamentada na noção de conceito que, por herança histórica, parte da univocidade do sentido. Ao deslocar o conceito de pura abstração mental para a direção de uma combinação igualmente linguística, o problema de pesquisa lança luz aos dilemas do contemporâneo desvelados pela *Agenda 2030* (ONU 2015): como conciliar o conjunto de enunciados sobre o domínio gênero, expressos na discursividade do ODS n.º 5, dada a multiculturalidade dos países que encampam a *Agenda 2030*, suas assimetrias e as condições culturais da vivência no universo de gênero de cada singularidade e de cada coletividade? Da perspectiva teórica, mobiliza teorias da classificação como a Teoria do Conceito, de Ingetraut Dahlberg (1978), a desclassificação, de Antonio García Gutiérrez (2011), e os princípios de indexação orientados por F. W. Lancaster (2004), bem como a noção de ética intercultural, de Rafael Capurro (2007).

Na dimensão aplicada, para esta etapa de análise, ainda em curso, privilegiou-se a análise de termos quanto à presença e à ausência em comparação a garantias literárias especializadas em estudos de gênero e fontes gerais de informação. Em outros

termos, pretendeu-se averiguar os sentidos e as lacunas percebidos pela hierarquização e/ou pela associação dos termos extraídos do texto oficial da ONU.

Como recurso operacional de mapeamento da literatura aderente aos ODS, adotou-se o método de revisão sistemática de literatura, a partir da proposta denominada *Revisão Sistemática de Literatura baseada em Pesquisa Bibliográfica Estruturada* (RSL-PBE), de Borges (2020). O protótipo RSL-PBE é estruturado em 4 (quatro) módulos, subdividido em 14 etapas, tal como indicado na Tabela 1.

**Tabela 1.** Primeira e segunda camadas da modelagem estrutural do método de revisão sistemática adotado na pesquisa

| Módulo 1 | Planejamento<br>(exequibilidade da revisão)               | Módulo 3 | Pesquisa Bibliográfica<br>(busca e avaliação da evidência)                               |
|----------|---|----------|--|
| Etapa 1  | Definição dos objetivos                                   | Etapa 1  | Elaboração das estratégias de pesquisa   |
| Etapa 2  | Avaliação da necessidade                                  | Etapa 2  | Localização dos estudos  |
| Etapa 3  | Viabilização dos Instrumentos Operacionais (IO)           | Etapa 3  | Seleção dos estudos  |
| Etapa 4  | Definição da equipe                                       | Etapa 4  | Extração de dados  |
| Etapa 5  | Elaboração do cronograma                                  | Módulo 4 | <b>Discussão e Redação<br/>(processamento, documentação e visualização da evidência)</b> |
| Módulo 2 | <b>Questão de Revisão<br/>(direcionamento da revisão)</b> | Etapa 1  | Interpretação do conhecimento  |
| Etapa 1  | Identificação de tópicos preliminares                     | Etapa 2  | Registro e validação do conteúdo do relatório  |
| Etapa 2  | Delimitação do assunto                                    | Etapa 3  | Preparação textual e divulgação do relatório   |

Fonte: Borges 2020

Subsequentemente, as etapas são divididas em 63 passos operacionais, minuciosamente moldados a fim de viabilizar a implementação de uma revisão sistemática, sem metanálise, em um tempo médio de quatro a seis meses. Visto a especificidade temática dos textos dos ODS, realizou-se uma complementação do módulo 2 do RSL-PBE, ampliando a execução da etapa 1, «Identificação de tópicos preliminares», e da etapa 2, «Delimitação do assunto», visando, desta forma, o estabelecimento da questão de revisão mais precisamente. A modelagem adaptativa do processo de indexação do ODS Piloto foi composta por três etapas, tal como indicado na Tabela 2.

**Tabela 2.** Modelagem estrutural da adaptação do módulo 2 do método de revisão sistemática adotado na pesquisa

| <b>Primeira Etapa: Preparação Textual</b>     |   |
|---|---|
| Ação 1  | Reprodução do texto original a ser indexado |
| <b>Segunda Etapa: Análise de Assunto</b>      |   |
| Ação 2  | Identificação dos termos-base coordenados   |
| Ação 3  | Extração dos termos                         |
| Ação 4  | Hierarquização dos termos                   |
| Ação 5  | Isolamento dos termos                       |
| Ação 6  | Tratamento dos termos                       |
| <b>Terceira Etapa: Estratégia de Pesquisa</b> |   |
| Ação 7  | Elaboração das <i>strings</i>               |
| Ação 8  | Composição das expressões de busca          |

Fonte: Gonçalves, Galvão e Borges 2024

A adequação do módulo 2 foi viabilizada por meio da atuação da equipe executiva do Subprojeto 01, composta pelas pesquisadoras Graciane Borges; Fernanda Valle Galvão; Edilma Macedo; Mayara Gonçalves; Lais Tuler e Isabelle Nunes. Para indexação do ODS Piloto número 5, a responsabilidade técnica e a validação temática foram realizadas coletivamente pela equipe executiva. O revisor *expert* atuante foi o coordenador geral do projeto, professor Gustavo S. Saldanha, com apoio da responsável técnica geral Graciane S. B. Borges.

## **2. ÉTICA, GÊNERO E METARREPRESENTAÇÃO: DESTINOS DA DEMOCRACIA DOCUMENTÁRIA NA SEARA DOS AFETOS E DAS POLÍTICAS DE GÊNERO**

No resumo de *Teoria do Conceito*, texto basilar para OC, Dahlberg (1978) afirma que as linguagens naturais possibilitam a formulação de enunciados sobre conceitos individuais e conceitos gerais no horizonte da interpretação e classificação da realidade. Conceito, para a autora, seria a soma dos enunciados verdadeiros sobre um objeto fixada em um signo linguístico e, apesar de demarcar que a linguagem é constructo do ser humano, não ilumina a primeira contradição presente na teoria: enquanto vocabulário e pragmática ordinária, não há linguagem natural, mas linguagem naturalizada. A segunda contradição diz respeito à «soma dos enunciados verdadeiros», posto universalizante. Tendo em vista a premissa ontológica de que a verdade sobre as coisas que existem independe das singularidades, assim como a reconhecida

necessidade prática da Organização do Conhecimento em classificar via mútua exclusão para redução de ambiguidades (afinal, um objeto não pode ocupar dois lugares ao mesmo tempo nas unidades de informação), os princípios teóricos esbarram em limitações e em domínios complexos como «gênero».

Ao considerar a *Agenda 2030* como um acordo político internacional, estruturado no multilateralismo e na perspectiva de diploma de construção coletiva mundial de consensos, constituído de textualidade e discursividade, via documentos de objetivos e metas, é necessário refletir sobre a dimensão ética do gesto de conciliação das diferentes formas de dizer e enunciar sobre o conceito de gênero e as experiências pessoais e coletivas de vivência das relações de gênero, manifestas em esquemas de classificação que talvez não sejam conciliáveis da perspectiva da Teoria do Conceito em contraposição à multiculturalidade. Se a organização das metainformações apontam para metadiscursos, é relevante evocarmos a dialética entre ética, política e epistemologia para revelar o debate, nem sempre público, mas sempre com efeito público, na gestão do comum em meio às contradições de singulares, particulares e universais, conforme destaca Schneider (2013).

As condicionantes éticas da organização do conhecimento pressupõem o impacto das ações de metarrepresentação tecidas pelos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) como fruto e reprodução das relações sociais e suas assimetrias. Assim como mobilizam a compreensão crítica dos potenciais de mudança nas estruturas da realidade através da metalinguagem que descontina, evidencia e provoca o movimento de categorias e classes no horizonte da igualdade.

Da perspectiva de gênero, a produção crítica em Organização do Conhecimento recebe contribuições de diferentes tradições. Podemos enfatizar aqui a denúncia das assimetrias e a problematização dos horizontes de transformação através de obras como de Guimarães, Pinho e Milani (2016), Guimarães e Pinho (2008; 2007), Melissa Adler (2017), Maria Aparecida Moura (2018), Hope Olson (2011; 2018) e Fabio Pinho (2014), bem como o dossier sobre organização do conhecimento e gênero mobilizado por Rosali Fernandez de Souza e Gustavo Saldanha (2017).

Na perspectiva de uma teoria crítica da Organização do Conhecimento, o olhar sobre o domínio «gênero» nas relações metalinguísticas dos sistemas de organização do conhecimento pressupõe a denúncia das violências provocadas pelos silencamentos e pelas manifestações de preconceito através da linguagem reproduzida nos sistemas, bem como, na direção oposta, à procura do desenvolvimento de ferramentas de visibilidade e de reconhecimento das pluralidades das relações de gênero. Deste modo, trata-se de uma crítica, assim como o fez Bernd Frohmann (1990), ao mentalismo dos SOC, bem como um exercício contínuo de «desclassificação» das tramas metalinguísticas, no sentido de Antonio García Gutiérrez (2011), das estruturas da linguagem que constituem modelos socialmente predeterminados de hierarquização,

de exploração e de violência. Não se trata, o plano crítico da epistemologia da organização do conhecimento, de recusar um princípio conceitual nas estruturas dos sistemas, como o faz no plano lógico-aristotélico o pensamento de Ingetraut Dahlberg (1978), mas de reconhecer as fragilidades e as camadas ocultadas ou anuladas por lógicas etnocentradas e colonizadoras.

O olhar sobre o discurso dos ODS através das lentes de uma epistemologia da Organização do Conhecimento dedicada aos estudos de gênero pressupõe, dentro da perspectiva crítica, uma posição intercultural, ou seja, a capacidade de perceber as relações e as fronteiras de modos de vivências das manifestações de gênero. A política das metalinguagens encontra aqui, pois, a ética intercultural de Rafael Capurro (2007) sustentada pelo plano da discursividade política. O filósofo procura uma universalidade metacultural para problematizar uma perspectiva não impositiva e eurocentrada das relações sociais na compreensão dos diferentes *ethos* fundados e em movimento nas distintas comunidades espalhadas pelo mundo, com seus modos de existir e de conviver.

Assim como o futuro ODS dedicado à reflexão sobre gênero da ONU supõe um diálogo multilateral para sua problematização, Rafael Capurro (2007), na elaboração de sua discussão sobre a ética intercultural da informação, recorre à *Declaração Universal da UNESCO sobre Diversidade Cultural*, resultado de três conferências mundiais: a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*, ocorrida na Cidade do México, em 1982; a *Conferência Mundial da Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento*, realizada em 1995; e a conferência mundial da *Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento*, de Estocolmo, 1998. Tendo em vista esta construção política e a procura por uma filosofia da cultura atenta à diversidade, a ética intercultural busca, segundo Capurro (2007), promover identidades culturais não via seu isolamento ou adição, e, muito menos, o foco nas colisões. Seu foco, estruturado em um pensamento simbólico, está na procura pelas formas de comunicabilidade entre as culturas.

A ética intercultural da informação, da filosofia aos atos discursivos da esfera pública internacional, como aqueles da ONU, permite-nos a compreensão, como visto em Maria Nélida González de Gómez (1996), do fundamento político da organização do conhecimento, ou, ainda, da constante passagem — o movimento permanente nas relações sociais — da organização dos saberes à construção de políticas de informação, estas necessariamente vinculadas às metaestruturas dos sistemas de organização do conhecimento. Almejar e operacionalizar categorias em defesa de uma interculturalidade em tais sistemas significa compreender os gestos metalinguísticos de um dado glossário ou um esquema de classificação como ferramentas de luta e de construção de uma outra *polis*, um outro estado de relações sociais mediado por sistemas de organização do conhecimento criticamente orientados para a convivência dos plurais,

como o reconhecimento das plurais relações de gênero, suas manifestações e transformações — ou, em síntese, uma forma de fazer efetiva a política a partir de princípios democráticos estruturados via os sistemas de organização do conhecimento.

Este exercício pode ser chamado, segundo Saldanha (2020), de democracia documentária, ou seja, o lugar de construção política, formal e objetivo, de princípios e de práticas de metarrepresentação das culturas através dos sistemas de organização do conhecimento na esfera pública. Se a diária luta pela construção das estruturas de representação social simétricas almejadas pelo fundamento democrático atravessa o poder da linguagem de extinção ou de preservação da diversidade das formas de viver e de conviver, a metalinguagem dos sistemas de organização do conhecimento resguarda igualmente tanto o potencial de reprodução da violência, como a capacidade de transformar as pluralidades antes massacradas. Este é o exemplo da compreensão das diferentes formas de metarrepresentação do domínio de gênero para uma condição democrática estruturada pelos sistemas de organização do conhecimento: na esfera de um povo socialmente metarrepresentado, as formas de existência através das pluralidades das relações de gênero dependem da trama metalinguística dos sistemas para sua visibilidade e reconhecimento, bem como para a contínua promoção de políticas públicas para suas condições igualitárias de vivência.

O olhar crítico sobre a ética nas entradas lógico-categorias do domínio «gênero» a partir da *Agenda 2030* (ONU 2015) permite-nos, sob o olhar intercultural, desenvolver o movimento praxiológico de um marco democrático-documentário, a saber, contribuir para as condições estruturais, formais e explicitadas, via metalinguagem, de existência de um dado conjunto de valores e de relações nas experiências de gênero, através dos sistemas de organização do conhecimento.

### 3. RESULTADOS

Conforme descrito anteriormente por Gonçalves, Galvão e Borges (2024), na sistematização do ODS 5 foram utilizados os estágios da análise de assunto previstos no *United Nations International Scientific Information System* (United... 1981), a saber: (1) leitura documentária para interpretação e compreensão do conteúdo do documento; (2) identificação dos conceitos e (3) seleção dos conceitos considerados válidos para recuperação do documento com fins aos objetivos da indexação.

Na primeira etapa da operacionalização, o resultado é fruto do acesso e análise do texto original da *Agenda 2030* (ONU 2015) para leitura na íntegra das metas do ODS n.º 5, bem como reprodução textual para identificação e seleção de conceitos. A segunda etapa englobou cinco ações, a saber: a) identificação dos termos-base coordenados; b) extração dos termos; c) hierarquização dos termos; d) isolamento dos termos; e) tratamento dos termos. A terceira etapa se dividiu em duas ações: a)

elaboração das *strings* e b) composição das expressões de busca com a finalidade de utilizar os descritores para RSL.

Por extração, o processo de leitura exploratória identificou 32 termos. Após a primeira etapa de tratamento conceitual, o conjunto foi expandido para um total de 64 termos organizados em três relações, sendo 5 (cinco) Termos Genéricos (TG) sob os quais os demais termos foram classificados e agrupados como Termos Específicos (TE), total de 17, ou Termos Relacionados (TR), total de 42. Tais termos subsidiaram a elaboração de 26 expressões de buscas que foram aplicadas em um conjunto de 32 revistas na área de Ciência da Informação. Registram-se no teste de aderência 772 registros nas revistas. Os resultados foram provenientes da aplicação adaptada do Protocolo de Revisão previsto no método de revisão sistemática adotado: RSL-PBE (versão 2).

Os resultados do desenvolvimento teórico e empírico da pesquisa apontam para um duplo quadro de fonte para a discussão teórico-metodológica da organização do conhecimento no domínio de gênero, a saber:

- a) A contribuição para a estrutura de um vocabulário controlado mínimo sobre gênero, a partir da discursividade multilateral da ONU, com foco no reuso para fins de visibilidade, memória e luta democrática através da terminologia de gênero;
- b) A possibilidade permanente de uma vigilância epistêmica sobre a dinâmica plural e dialética da construção de um metadiscorso sobre gênero, como forma de legado crítico para a práxis da democracia documentária via as linguagens documentárias sobre gênero com vistas à contínua revisão das formas coerentes e éticas de metarrepresentação das vidas e dos afetos mobilizados na complexidade da condição do gênero da existência de pessoas e suas coletividades.

## CONCLUSÕES

A análise aponta para a presença de termos, conceitos e assuntos aderentes ao debate contemporâneo sobre igualdade de gênero, tais como empoderamento, o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado, garantia a serviços e recursos naturais, econômicos, educacionais, políticos e tecnológicos, violência contra mulheres e meninas na esfera pública e privada, exploração sexual, incluindo casamentos forçados e prematuros e direitos reprodutivos. As relações lógicas e hierárquicas selecionadas a partir da análise de assunto demonstraram maior variedade para políticas de acesso e garantias de direito no contexto da igualdade de gênero e menos variedade nas classes sobre discriminação de gênero e violência de gênero.

Observou-se como dilema ético mais sensível o próprio conceito de gênero, uma vez que no texto mantém-se, exclusivamente, os significantes mulher e menina.

Infere-se como um dos maiores desafios para o contexto informacional da representação e da indexação da produção textual e discursiva da ONU, o tratamento das diferentes acepções sobre o conceito de gênero, acompanhado de suas capilaridades e interseccionalidades, considerando as diferentes premissas, interpretações e dispositivos legais dos países-membros. Com foco no Estado brasileiro e seus dispositivos legais contra o preconceito de gênero (termo ausente do texto da ONU, assim como sexismo e misoginia), da perspectiva da justiça informacional, da democracia documentária e da ética intercultural, o texto, embora necessário, reforça o binarismo e não contempla outras populações vinculadas ao grupo temático gênero, reconhecidas pelo Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, Melissa, 2017. *Cruising the library: perversions in organization of knowledge*. New York: Fordham University Press.
- ALBRECHTSEN, Hanne, 2015. This is not domain analysis. *Knowledge Organization*. 42(8), 557-561.
- BORGES, Graciane S. Bruzinga, 2020. *Proposta metodológica de revisão sistemática: um estudo a partir de fundamentos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação*. Tese de doutorado em Gestão em Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação, Universidade de Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CAPURRO, Rafael, 2007. Intercultural information ethics. Em: Rafael CAPURRO, Johannes FRÜHBAUER, e Thomas HAUSMANNINGER, ed. *Localizing the Internet: ethical aspects in intercultural perspective*. Munich: Fink, pp. 21-38.
- DAHLBERG, Ingetraut, 1978. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. 7(2), 101-107.
- FROHMANN, Bernd, 1990. Rules of indexing: a critique of mentalism in information retrieval theory. *Journal of Documentation*. 46(2), 81-101.
- GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio, 2011. Desclassification in Knowledge Organization: a postepistemological essay. *Transinformação*. 23(1), 5-14.
- GONÇALVES, M. O. S., F. V. GALVÃO, e G. S. B. BORGES, 2024. Representação temática e o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030: indexação do discurso para igualdade de gênero da ONU. Em: XXIV ENANCIB: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Anais. Vitória: ANCIB, 11 pp.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, María Nélida, 1996. Da organização dos saberes às políticas de informação. *Informare – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*. 2(2), 58-66.
- GUIMARÃES, José A. Chaves, e Fabio A. PINHO, 2008. Reflexiones acerca de las teorías sobre ética en la representación del conocimiento. *Biblos*. 32, 1-12.
- GUIMARÃES, José A. Chaves, e Fabio A. PINHO, 2007. Desafios na representação do conhecimento: abordagem ética. *Informação & Informação*. 12(1), 1-21.
- GUIMARÃES, José A. Chaves, Fabio A. PINHO, e Suellen O. MILANI, 2016. Theoretical dialogs about ethical issues in knowledge organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. *Knowledge Organization*. 43(5), 338-350.
- HJØRLAND, Birger, 2002. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. *Journal of Documentation*. 58(4), 422-462.
- HJØRLAND, Birger, e Hanne ALBRECHTSEN, 1995. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. *Journal of the American Society for Information Science*. 46(6), 400-425.

- HJØRLAND, Birger, e Thiago Henrique Bragato BARROS, 2024. Análise de domínio. *Em Questão* [Em linha]. 30, e-140568 [consult. 2025-07-01]. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.140568>.
- LANCASTER, Frederick Wilfrid, 2004. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos.
- MOURA, Maria Aparecida, 2018. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. *Liinc em Revista*. 14(2), 118-135.
- OLSON, Hope, 2018. Entrevista. *Liinc em Revista*. 14(2), 491-494.
- OLSON, Hope, 2011. A potência do não percebido: Hegel, Dewey e seu lugar na corrente principal do pensamento classificatório. *InCID: Revista de Ciência da Informação e da Documentação*. 2(1), 3-15.
- ONU, 2015. *Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* [Em linha]. Brasil: Nações Unidas Brasil [consult. 2025-07-01]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>.
- PINHO, Fabio Assis, 2014. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. *Ciência da Informação*. 43(1), 120-133.
- SALDANHA, G. S., 2020. Democracia documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. *Informação & Sociedade*. 30, 21-41.
- SCHNEIDER, Marco, 2013. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. Em: S. ALBAGLI, org. *Fronteiras da Ciência da Informação*. Brasília: Ibict, pp. 57-77.
- SOUZA, Rosali Fernandez de, e Gustavo Silva SALDANHA, 2017. Apresentação: dos Colóquios de Organização do Conhecimento ao Dossiê Organização do Conhecimento e Gênero. *Informação & Informação*. 22(2), 7-10.
- UNITED NATIONS INTERNATIONAL SCIENTIFIC INFORMATION SYSTEM, 1981. Princípios de indexação (Indexing principles). Trad. de Maria Cristina M. F. Pinto. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. 10(1), 83-94.

